



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

### MINUTA DO EDITAL

#### PREÂMBULO

O **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS**, autarquia federal, criada pela Lei nº. 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº. 44.045, de 19 de julho de 1958, inscrito no CNPJ sob o nº. 14.189.955/0001-43, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação (CPL/CREMAM), designada pela **Portaria CREMAM nº. 35/2021** e seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela **Portaria CREMAM 24/2022** torna público a realização de licitação na modalidade PREGÃO, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Atos Normativos Regulamentares da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, dos Atos Normativos Regulamentares da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e da Lei nº 8.866, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, subsidiariamente as Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03 de 26 de abril de 2018, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, em conformidade com a autorização contida no Processo de Compra nº 1062/2022.

A Sessão Pública será realizada através do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e conduzida pelo **PREGOEIRO**, na sala da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, situado à Avenida Senador Raimundo Parente, nº 06, Praça Walter Góes, Bairro Alvorada, CEP 69048-662, nesta cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Todos os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no **SISTEMA ELETRÔNICO COMPRAS GOVERNAMENTAIS**, doravante denominado **Sistema COMPRASNET**, e na documentação relativa ao certame.

#### PROCESSO DE COMPRA Nº 1062/2022

**Tipo de Licitação: MENOR PREÇO GLOBAL.**

**Data: 30/06/2022**

**Horário: 10:00 horas (horário de Brasília).**

**Endereço: Portal de Compras do Governo Federal – [comprasnet.gov.br](http://comprasnet.gov.br)**

**Formalização de consultas e retirada do edital: <https://sistemas.cfm.org.br/licitacao>**





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

E-mail: [cpl.cremam@portalmedico.org.br](mailto:cpl.cremam@portalmedico.org.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022 – CPL/CREMAM (PROCESSO DE COMPRA Nº 1062/2022)



#### 1. DO OBJETO

##### 1.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de plano de saúde, por meio de operadora, seguradora ou administradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, com **abrangência municipal**, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar- ANS.

Compreendendo atendimento médico-hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como terapia e internações, tanto em caráter eletivo, como emergencial, em hospitais e clínicas, sem excluir doenças preexistentes estabelecidos nos incisos I, II, III e IV do artigo 12 da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 e em total conformidade com a Resolução Normativa – RN nº 428, de 7 de novembro de 2017 da ANS, especificados no presente Termo de Referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

#### 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, DO PREÇO ESTIMADO E DO PREÇO MÁXIMO

2.1. As despesas decorrentes desta contratação serão atendidas pela dotação orçamentária prevista no Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas, Exercício 2022.

2.1.1 Projeto Orçamentário para o Exercício 2022: 03.03.03 – BENEFÍCIOS AO SERVIDOR;

##### 2.2. MENOR PREÇO GLOBAL.

2.3 O **preço estimado** será o valor médio anual estimado na pesquisa de preço, cujo valor é de R\$ 113.991,40 (centro e treze mil novecentos e noventa e um e quarenta centavos.)

2.4 O **preço máximo** será o valor da nota de pré-empenho cujo valor é de R\$ 118.787,80 (cento e dezoito mil setecentos e oitenta e sete e oitenta centavos).

#### 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 3º, § 1º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.6.1 dada a natureza e o valor do objeto desta licitação, não se admitirá a participação de consórcio, nem a subcontratação total ou parcial do objeto deste certame.



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

4.2.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8 instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017)

4.2.8.1 É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.3 Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.3.1 Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.4 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.4.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.5 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.6 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:







## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

- 4.6.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 4.6.1.1 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.6.1.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.6.3 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.6.4 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.6.5 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.6.6 Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- 4.6.7 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.6.8 Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.6.9 Que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.
- 4.7 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

- 5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 VALOR GLOBAL, já considerado e incluso os tributos, tarifas e as despesas decorrentes da execução do objeto;

6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.1.3. O valor será colocado unitário, mensal e Anual, de acordo com a quantidade de vidas descrita no termo de referência.

6.1.4 O Licitante poderá utilizar o modelo de proposta contido no Anexo III do Edital

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

indiretamente na prestação dos serviços, respeitando o item 5 do Termo de Referência deste Edital.

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG n.5/2017.

6.4 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

6.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.



7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance ofertado deverá ser referente ao **VALOR GLOBAL (12 meses)**.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração **inicial de (10) dez minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.14 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

7.14.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19.1 No julgamento, o pregoeiro poderá desclassificar a proposta que não atenda ao requisitos mínimos exigidos nas especificações do objeto no Termo de Referência.

7.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.27 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.27.1 prestados por empresas brasileiras;

7.27.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.27.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

7.28 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.29 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.29.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo definido pelo Pregoeiro e não inferior a 02 (Duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29.2.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.30 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.31 O Pregoeiro poderá suspender a sessão para proceder a análise da proposta e dos documentos de habilitação.

## 8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Proposta de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3 A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Proposta de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.4 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

8.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.4.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.4.4.1 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.4.4.1.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4.4.1.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.5 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 48, II da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.6 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.7 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.7.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá







## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.8 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo definido pelo Pregoeiro e não inferior a 02 (Duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.8.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.9 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.10 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Proposta de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação.

8.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.14 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.15 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.16 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

### 9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

- 9.1.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.1.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo determinado pelo pregoeiro, não inferior a 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

### 9.8 Habilitação jurídica:

9.8.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na

9.8.3 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 9.9 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de







## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3 provas de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4 provas de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5 provas de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6 provas de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

### 9.10 Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da proposta de preço, quando não vier expresso o prazo de validade;

9.10.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

9.10.2.3 Caso o licitante seja cooperativo, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

9.10.3 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$Lc = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

### 9.11 Qualificação Técnica:

9.11.1 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

9.11.1.1 Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar no mínimo 01 (um) ou mais Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que prestou ou presta serviços de planos de assistência à saúde por intermédio de operadora ou seguradora devidamente registrada na ANS, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de beneficiários previsto no Termo de Referência em seu Item 6.1.

9.11.1.1.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.1.1.2 Será admitido o somatório de atestados quando se referirem à execução de serviços similares e compatíveis desde que prestado simultaneamente;

9.11.1.1.3 Entende -se por objeto compatível o serviço prestado de Assistência Médica e/ou Hospitalar Coletivo Empresarial, independente da categoria ou faixa etária fornecida;





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

9.11.1.1.4 Se necessário, a comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, poderá o CREMAM através de sua Comissão de Licitação, realizar diligência para comprovação das informações necessárias, solicitando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.

9.11.1.2 autorização para operar planos de saúde, bem como o nome comercial e o registro do plano ofertado, emitida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

9.11.1.3 Na hipótese de participação de cooperativas, para fins de habilitação, deverão ser apresentadas as Certidões da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS da cooperativa que apresentar a proposta de preços no certame;

9.11.1.4 Na hipótese de participação de empresa Administradora de planos de saúde, deverá apresentar certidão expedida pela ANS de que a empresa Administradora de Benefícios atende às exigências de ativos (depósitos) garantidores, relativa ao 4º trimestre de 2021, exigível na forma da lei, conforme Resolução Normativa ANS nº 203, de 01/10/2009 e Instrução Normativa DIOPE nº 33, de 5 de outubro de 2009;

9.11.1.5 Prova de registro na ANS do plano ofertado, necessariamente de abrangência geográfica nacional, bem como da segmentação assistencial oferecida nos termos Resolução Normativa - RN nº 428/2017, mediante declaração expedida pela citada autarquia ou indicação do número de registro;

9.11.1.6 Certidão de regularidade no Conselho Regional de Medicina do Estado da sede da Licitante.

9.11.1.7 Em tratando-se de sociedade cooperativa, serão exigidos, ainda:

- a) a relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o Contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;
- b) a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados;
- c) a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) o comprovante de registro na organização das cooperativas brasileiras ou na entidade estadual, se houver;



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

e) o documento comprobatório de integração das respectivas quotas-partes pelos cooperados que executarão o Contrato;

9.11.1.8 os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto social com a Ata da Assembleia que o aprovou;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a Ata da Assembleia que os aprovou;
- d) Editais de convocação das três últimas Assembleias Gerais Extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o Contrato em Assembleias Gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) Ata da Sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- g) a última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.11.1.9 A documentação relacionada no subitem 9.11.1.7 e 9.11.1.8 alíneas “c” a “g” deverão ser apresentadas pelas cooperativas de se enquadrarem no inciso I do Art. 6º da Lei 5.764/71.

9.11.2 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.3 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.11.4 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

9.11.4.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.11.5 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.11.6 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.11.7 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.11.8 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.11.9 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.11.9.1 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

- 10.1.2 apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;
- 10.1.3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5, da Lei nº 8.866/93).
- 10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 11. DOS RECURSOS

- 11.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou por meio de funcionalidade disponível no sistema, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS



### 14 DA GARANTIA

14.1 Não será exigida garantia.

### 15 DO TERMO DE CONTRATO

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 93;

15.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos  
15.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 66 e 66-A da Lei nº 8.666/93.

15.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogáveis conforme previsão no instrumento contratual (art. 57, 8.666/93).

15.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas,







## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.7 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.8 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.9 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

### 16 DO REAJUSTE

16.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

### 17 DA ACEITAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

17.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

### 18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

### 19 DO PAGAMENTO

19.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

### 20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2 apresentar documentação falsa;
- 20.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.5 não mantiver a proposta;
- 20.1.6 cometer fraude fiscal;
- 20.1.7 comportar-se de modo inidôneo;



20.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 20.3.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 20.3.2 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 20.3.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20.3.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
  - 20.3.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Edital.
- 20.3.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.







## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

20.5 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.6 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.7 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.12 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## 21 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [cpl.cremam@portalmedico.org.br](mailto:cpl.cremam@portalmedico.org.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Senador Raimundo Parente, 06, Praça Walter Góes – Alvorada, CEP 69048-662, Manaus - AM, Comissão Permanente de Licitações.



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

21.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

## 22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

22.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Senador Raimundo Parente, 06, Praça Walter Góes – Alvorada, CEP 69048-662, Manaus - AM, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 16:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12 Os Foros para dirimirem possíveis litígios que decorrerem deste procedimento licitatório serão processadas e julgadas na Justiça Federal do Estado do Amazonas em subseção da cidade de Manaus, renunciado a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**22.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

**ANEXO I – Termo de Referência;**

**ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;**

**ANEXO III - Modelo de Proposta de preços.**

Manaus, 14 de junho de 2022.

**FABRÍCIO JACAÚNA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA**

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS - CREMAM

**Presidente da Comissão Permanente de Licitação**

**Portaria CREMAM 35/2021**

**EM BRANCO**





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA 001/2022/DP - CREMAM



#### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência visa à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de plano de saúde, por meio de operadora, seguradora ou administradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, com abrangência municipal, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS, para os funcionários do Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, e detalhadas conforme abaixo:

CATSER	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	PERIODO
13340	01	Serviço de Plano de Saúde Médica;	12	Meses

1.1.1. O item 01 compreende o serviço de Plano de Saúde Médica Privada;

1.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, inclusive deslocamento e demais custos referentes a execução do serviço.

1.3. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por interesse da contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, da Lei 8.666/93.

#### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Faz-se necessária a contratação do objeto desta licitação para atender a política de assistência aos funcionários do Conselho Regional de Medicina, no qual seguindo as orientações dos editais dos concursos com o Plano de saúde, com a possibilidade de inclusão de seus dependentes. Atualmente o CREMAM possui um contrato para execução do objeto nº Pregão Presencial nº 02/2017, que atingirá o limite de 60 meses estabelecido na lei nº 8.666/93 que rege as contratações públicas, assim, faz-se necessário uma nova contratação para continuidade do serviço.



### 3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata o art. 2, II da lei 8.666/93, do Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, e do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 4. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE

4.1. Projeto Orçamentário para o Exercício 2022: 03.03.03 – BENEFÍCIOS AO SERVIDOR;

### 5. ESPECIFICAÇÕES E EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A pretensa contratação deste objeto deve abranger, no mínimo, as seguintes coberturas, as quais devem, obrigatoriamente, ser oferecidas pelo licitante:

ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO
01	Plano de saúde Médica	<ul style="list-style-type: none"><li>• Plano privado de assistência à saúde médica;</li><li>• Abrangência em municipal;</li><li>• Consultas médicas, em número ilimitado, em clínicas básicas ou especializadas, inclusive obstétricas para pré-natal, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;</li><li>• Serviços de apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais, incluindo procedimentos cirúrgicos ambulatoriais, solicitados pelo médico assistente;</li><li>• Atendimentos caracterizados como de urgência e emergência;</li><li>• Exames de rotina: análises clínicas, anatomopatológicos, citopatológicos, colposcópicos, radiologia testes audiométricos, ecografias, mamografias, eletrocardiograma simples, eletroencefalograma simples e medicina nuclear.</li><li>• Internações hospitalares, em clínicas básicas, especializadas e em centros de terapia intensiva, ou similar, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, incluindo procedimentos obstétricos e berçário, em acomodações semi-privativa e privativa;</li><li>• Tratamento cirúrgico geral, de qualquer natureza;</li><li>• Internações psiquiátricas, pelo período de 30 (trinta) dias para transtornos</li></ul>





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

	<p>psiquiátricos em situações de crise, por ano de contrato. Para quadros de intoxicação ou abstinência provocados por alcoolismo ou outras formas de dependência química que necessitem de hospitalização, pelo período de até 15 (quinze) dias, por ano de contrato. Incluindo ainda cobertura para todos os atendimentos clínicos ou cirúrgicos decorrentes de transtornos psiquiátricos;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Exames complementares indispensáveis para o controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, incluindo, no mínimo: tomografias computadorizadas, ecocardiograma uni e bidimensional com doppler, cintilografia, densitometria óssea e endoscopias;</li><li>• Exames e tratamentos especializados: ressonância magnética, angiografias, aortografias, arteriografias e neuro-radiologia;</li><li>• Procedimentos diagnóstico e terapêuticos em hemodinâmica;</li><li>• Fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, oxigênio, nutrição parenteral e enteral, transfusões e demais materiais utilizados, conforme prescrição do médico assistente, ministrados durante o período de internação hospitalar;</li><li>• Toda e qualquer taxa, incluindo despesas com sala de cirurgia, eventos obstétricos, unidade de tratamento intensivo, honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação;</li><li>• Transplantes de rim e córnea, bem como as despesas necessárias à realização do transplante;</li><li>• Embolização e radiologia intervencionista;</li><li>• Foniatria, fisiatria e fisioterapia; • Hemodiálise e diálise peritonial - CAPD;</li><li>• Hemoterapia, quimioterapia e radioterapia;</li><li>• As internações hospitalares ocorrerão em quartos semi-privativos;</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Carência:<ul style="list-style-type: none"><li>a) Não haverá qualquer tipo de carência para os beneficiários inscritos na data de assinatura do contrato decorrente da presente licitação, exceto para transplante de rins e de córnea, que será de 180 (cento e oitenta) dias;</li><li>b) Novos beneficiários inscritos cumprirão carência de:<ul style="list-style-type: none"><li>I. Urgência e emergência: 24 (vinte e quatro) horas, em qualquer área médica. II. Eventos eletivos:<ol style="list-style-type: none"><li>1. Consultas e exames comuns: sem carência;</li><li>2. Atendimento Psiquiátrico: sem carência;</li><li>3. Fisiatria e fisioterapia: sem carência;</li><li>4. Exames de alto custo e procedimentos complementares: sem carência;</li><li>5. Internações hospitalares: sem carência;</li><li>6. Internação Psiquiátrica (somente quarto semi-privativo): 30 (trinta) dias;</li><li>7. Cirurgia cardíacas, vasculares e hemodinâmica: 90 (noventa) dias;</li><li>8. Transplante de rins e córneas: 90 (cento e oitenta) dias;</li><li>9. Hemodiálise, diálise peritonial: 30 (noventa) dias;</li><li>10. Radioterapia e quimioterapia: 30 (noventa) dias;</li><li>11. Eventos obstétricos: sem carência.</li></ol></li></ul></li></ul></li></ul>



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

5.2. Não serão admitidos quaisquer tipos de limitações nas coberturas obrigatórias referidas, sob pena de desclassificação da proposta.

5.3. Em caso de urgência ou emergência, quando não for possível a utilização de serviços próprios, contatados ou credenciados pelo licitante, o beneficiário terá o direito de ressarcir-se das despesas efetuadas, no limite do que o licitante arcaria por idêntico atendimento, de acordo com a relação de preços de serviços médicos e hospitalares praticados no plano contratado, pagáveis no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a entrega à contratada do requerimento, bem como da documentação adequada.

5.4. A distribuição dos beneficiários no plano de saúde médico em vigência atualmente, por faixa etária, é o seguinte:

Faixa Etária	Qtd. de Beneficiários
De 0 a 18 anos	0
De 19 a 23 anos	0
De 24 a 28 anos	1
De 29 a 33 anos	5
De 34 a 38 anos	8
De 39 a 43 anos	5
De 44 a 48 anos	2
De 49 a 53 anos	1
De 54 a 58 anos	1
59 anos ou mais	1
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>



5.5. Os números de beneficiários no **subitem 5.4** servem apenas como **base do momento**, tendo em vista que poderão sofrer alterações ao decorrer, a qualquer tempo, em função de novas adesões, afastamentos ou desligamentos.

5.6. Os serviços abrangem todas as especialidades médicas e serviços de diagnósticos abrangidos pelo rol de procedimentos da **Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)**, sem excluir doenças preexistentes estabelecidos nos incisos I, II, III e IV do artigo 12 da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 e em total conformidade com a Resolução Normativa – RN nº 428, de 7 de novembro de 2017 da ANS.

5.7. Os serviços de atendimento serão prestados em consultório dos médicos credenciados.

5.8. As carências serão contadas a partir da data de efetiva inclusão do beneficiário no plano ou da mudança de plano, conforme o caso.





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

### 5.9. O plano de saúde terá abrangência Municipal.



## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 6.1. São obrigações da CONTRATANTE em relação aos serviços ora contratados:

- 6.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 6.1.2. Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços contratados;
- 6.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.1.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 6.1.5. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de referência, no Edital e seus anexos, através do setor competente e atestar a Nota Fiscal/Fatura;
- 6.1.6. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade da prestação dos serviços recebidos;
- 6.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este Termo de Referência;
- 6.1.8. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de referência, no Edital e seus anexos;
- 6.1.9. Notificar, por escrito, a CONTRATADA, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, sua proposta e demais condições editalícias e contratuais, bem como o exigido pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 9.656/98 e legislação complementar pertinente, assim como a Lei nº 8.078/90 e normas estabelecidas pela ANS;



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

- 7.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços de assistência médica privada e hospitalar;
- 7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE a solicitar o modo de cobrança no qual o art. 56 da lei 8.666/93 descreve, referentes aos pagamentos devidos à CONTRATADA, valores correspondentes aos danos sofridos;
- 7.4. Utilizar médicos, hospitais, clínicas que estejam habilitados junto aos seus respectivos órgãos de fiscalização e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor atualizada e suas normativas posterior;
- 7.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
- 7.6. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 7.7. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços, prestando os esclarecimentos que julgar necessários;
- 7.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 7.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;
- 7.10. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;
- 7.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) **art. 65, § 1º, da lei 8.666/93** do valor inicial do contrato;







## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

- 7.12. Guardar sigilo sobre todas as informações, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº 13.709/2018, tendo sido incluída nova redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) e suas alterações posteriores, obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, abstendo-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização do CONTRATANTE;
- 7.13. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços avençados, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- 7.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.15. Prestar os serviços, a partir da data da assinatura do contrato, aos beneficiários cadastrados pelo CONTRATANTE, e a partir de 72 (setenta e duas) horas após o cadastramento aos beneficiários cadastrados posteriormente.
- 7.16. Assegurar aos beneficiários do CONTRATANTE os serviços de acordo com as condições correspondentes ao plano contratado (enfermaria), conforme estabelecido no Edital e anexos.
- 7.17. Fornecer aos beneficiários do CONTRATANTE carteiras de identificação constando seu nome e o plano a que pertencem, cuja apresentação, acompanhada de documento de identidade, assegurará aos beneficiários o direito à utilização dos benefícios.
- 7.18. A operadora poderá, por qualquer meio, fornecer a carteira ou o número da inscrição do beneficiário no plano, seja por meio físico ou site ou aplicativo, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, e as carteiras definitivas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após a entrega das solicitações.
- 7.19. A contratada irá fornecer um guia médico impresso para cada beneficiário titular ou link no Portal da Contratada indicando local específico para buscas, constando nome, telefone e endereço dos médicos, hospitais, clínicas, casas de saúde, laboratórios, institutos e outras entidades da área de saúde e serviços auxiliares credenciados conforme o domicílio do beneficiário, mantendo-o atualizado durante a vigência do contrato.
- 7.20. Em caso de substituição dos hospitais, médicos e serviços auxiliares por outros equivalentes, a CONTRATADA deverá comunicar o fato ao CONTRATANTE com 30 (trinta) dias de antecedência, ressalvando nesse prazo mínimo, os casos decorrentes de rescisão por fraude ou infração das normas sanitárias e fiscais em vigor.



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

7.21. Manter a rede de atendimento credenciada em número igual ou superior ao apresentado na proposta, e, caso haja descredenciamento de qualquer profissional, hospital, casa de saúde, clínica, laboratório ou centro radiológico, credencial outro de mesmo porte e com a mesma capacitação técnica, abrangência e número de leitos, submetendo o credenciamento a previa aprovação da CONTRATADA.

7.22. Assegurar aos beneficiários titulares que porventura se desligarem do CONTRATANTE ou se aposentarem e a seus dependentes, a manutenção da condição de beneficiário nos termos e pelo período instituído pelos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656, de 03.06.98.

7.23. Assegurar aos beneficiários do CONTRATANTE, sempre que houver indisponibilidade de leito nos hospitais ou Clínicas próprios ou credenciados da CONTRATADA, acomodação em outro estabelecimento de qualidade igual ou superior, sem ônus adicional.

7.24. 1 Providenciar a imediata correção das deficiências nos serviços contratados, apontadas pelo CONTRATANTE.

7.25. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato. Esta condição não se aplica a rede credenciada/cooperadora da Contratada. Em relação a substituição ou redimensionamento de rede será permitida, desde quando atenda a Lei 9.656/98 da ANS.

7.26. Não se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

## 8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado, mensalmente, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, pela empresa contratada, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, e os seguintes procedimentos:

8.1.1. Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual ou de sua parcela, de acordo com o Cronograma aprovado, a contratada protocolizará no CREMAM, Nota Fiscal da prestação do serviço pelo valor correspondente.

8.1.2. Atestada a execução do objeto pelo gestor, o pagamento será efetuado por intermédio de ordem bancária, mediante autorização competente, no prazo de até 15(quinze) dias úteis, contando do recebimento do documento fiscal pelo CREMAM.





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

8.1.3. O documento fiscal deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho bem como o apresentar o mesmo número de CNPJ indicado na proposta e nos documentos de habilitação. Caberá ao licitante informar, no documento fiscal ou em documento apartado, o número da conta corrente, da agência e do estabelecimento bancário no qual lhe poderá ser feito o pagamento.

8.1.4. Na hipótese de constatação de qualquer incorreção nos documentos apresentados pelo licitante que desaconselhe o seu pagamento, o prazo de que trata o item 8.1.2, será contado a partir da respectiva regularização, não incluindo qualquer acréscimo no preço contratado.

8.1.5. Para todos os fins, considera-se como data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

8.1.6. O licitante vencedor fica obrigado a manter a regularidade trabalhista, nos termos da Lei nº 12.440/2011, a regularidade relativa ao FGTS e à Fazenda Nacional, independente de solicitação.

8.1.7. O pagamento ficará condicionado à disponibilidade financeira, consoante dotação financeira.

8.1.8. Os pagamentos a serem efetuados ao licitante vencedor estarão sujeitos, quando for o caso, à retenção dos tributos e contribuições na forma determinada em lei, ficando o licitante incumbido de fazer as comprovações necessárias na hipótese de não retenção.

8.1.9. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.1.10. O prestador de serviços deve observar a legislação municipal de Manaus, referente à retenção de ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, na forma da Lei Complementar nº. 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

### 9. DA VIGENCIA E DA PRORROGAÇÃO

9.1 O Termo de Contrato terá vigência de 12 (doze) meses à priori, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, da Lei 8.666, de 1993, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

9.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

9.1.2. A Administração tenha interesse na realização do serviço;

9.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

9.1.4. A Contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

9.2. A prorrogação do prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, devendo ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

9.2.1. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para o CREMAM, desde que a instrução processual contemple:

9.2.1.1 Estar formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

9.2.1.2 Aleatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

9.2.1.3 Justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização dos serviços;

9.2.1.4 Comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

9.2.1.5 Manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação; e

9.2.1.6 Comprovação de que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

9.3. A empresa contratada não terá direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o Artigo 57, inciso II da Lei 8.666, de 1993;

9.4. Durante a vigência do Contrato, a prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada







## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

por servidor público designado para esse fim. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado serão solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

9.5. O preço consignado no contrato poderá ser corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da assinatura do contrato, pela variação do Índice De Variação dos Custos Médico Hospitalares ou equivalente índice adotado pela ANS.

9.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste

### 10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### 11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### 12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do arts. 10 e 11 do Decreto nº 9.507, de 2018.

12.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.4. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos § 1º e § 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 58 e 81 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.6. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII (Da Fiscalização Técnica e Administrativa) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

12.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



### 13. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

13.1. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

13.2. A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

13.3. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS



13.4. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.4.1. A CONTRADA obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

13.5. A CONTRATADA fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

13.5.1. À CONTRATADA não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.5.1.1. A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

13.6. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a CONTRATANTE no caso de perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

13.6.1. A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

13.6.2. A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

13.7. A CONTRATADA fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

13.8. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

13.9. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

### 14. O ÓRGÃO OU ENTIDADE PODERÁ AINDA:

14.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pela contratada, a mesma irá decidir seguindo as recomendações do Art. 56, § 1º da lei 8.666/1993 em um prazo de 7 dias uteis, conforme a ser executada em legislação que rege o serviço e a lei supracitado; e

14.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei nº 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da contratada decorrentes do contrato.

### 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Cometerá infração administrativa, nos termos da Lei n.º 10.520 e suas alterações, de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 2000, Decreto n.º 10.024 de 2019 e Lei 8.666/93, a licitante/Adjudicatária que:

- 15.1.1. Não assinar o contrato no prazo estipulado pelo Cremam;
- 15.1.2. Apresentar documentação falsa;
- 15.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 15.1.4. Não manter a sua proposta dentro do prazo de validade;
- 15.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 15.1.7. Fizer declaração falsa;
- 15.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.
- 15.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal às sanções de ficar impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas







## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

de cadastramento de fornecedores equivalentes, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, e ainda, pelo descumprimento dos prazos estabelecidos, e/ou deixar de entregar os documentos exigidos no contrato, o Cremam poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.3.1. Advertência que será aplicada por ofício, mediante contra recibo do representante legal da empresa contratada, estabelecendo o prazo de cinco dias úteis para que a mesma apresente justificativas para o atraso, aceitas mediante o crivo da Administração;

15.3.2. Multa de mora no percentual correspondente a 0,1% por dia de atraso, incidente sobre o valor do contrato, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 10 dias. A multa moratória será aplicada a partir do décimo dia útil da inadimplência, contado a data definitiva para regular cumprimento da obrigação.

15.3.3. Multa de 10% sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de quinze dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Cremam;

15.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

15.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Cremam enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Cremam, bem como realizado o ressarcimento da contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.3.6. Impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da lei nº 10.520/2002 e suas alterações.

15.4. Além da multa prevista acima, pelo descumprimento obrigações contratuais a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% sobre o valor mensal do contrato
02	0,4% sobre o valor mensal do contrato
03	0,8% sobre o valor mensal do contrato
04	1,6% sobre o valor mensal do contrato



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

05	3,2% sobre o valor mensal do contrato
06	4,0% sobre o valor mensal do contrato



15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas que:

15.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à contratada juntamente com a de multa.

15.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, a licitante será descredenciada pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência, e das demais cominações Legais;

15.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas será realizada por meio de processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei n.º 9.784/99.

## 16. DAS PENALIDADES

16.1 Será aplicada multa nas seguintes hipóteses:

DESCRIÇÃO DO MOTIVO	GRAU
Mudar a Rede Credenciada sem aviso prévio à Contratante, ou desrespeitar o prazo de antecedência previsto neste termo de referência.	04
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior, os serviços previstos neste contrato.	04
Não apresentar no ato da assinatura do contrato relação com toda sua rede credenciada.	03
Deixar de manter sua rede credenciada atualizada em número igual	02





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

ou superior ao existente na assinatura do contrato, salvo motivo de força maior.	
Negar procedimentos ou reembolsos, ou extrapolar os prazos previstos nas normas da ANS, sem justificativa acatável.	02
Deixar de incluir beneficiário no prazo previsto no item 7.15	03

16.2 Antes da aplicação das multas serão assegurados à Contratada o direito a ampla defesa e o contraditório, sendo assegurado o devido processo legal.

### 17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Termo de Referência e edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor será previsto no edital.

17.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global

17.4. As regras de desempate entre propostas serão as discriminadas no edital.

### 18. CUSTO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

18.1. O custo estimado da contratação, o menor valor estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, pode ser definido da seguinte forma:

18.1.1. Por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares;

18.1.2. Por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, se for o caso;

18.2. Serão definidos por intermédio de pesquisa de preços realizada junto aos fornecedores do objeto a ser contratado.

18.3. A pesquisa de mercado será conduzida pelo setor de Compras deste CREMAM que encaminhará a Comissão de Licitação e com o mapa dos preços obtidos para a elaboração do edital e condução da licitação a ser realizada nesta contratação.



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

### 19. FORO

19.1. Os litígios advindos do contrato serão submetidos à Seção Judiciária da Justiça Federal da 1ª. Instância do Estado do Amazonas, renunciado a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



### 20. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

20.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

Manaus-AM, 13 de junho de 2022.

**EMANUEL JORGE AKEL THOMAZ DE LIMA**

Presidente do CREMAM

Responsável pela Aprovação

**DANIEL MACHADO DE ALMEIDA**

Coordenador do Departamento de Pessoal

Responsável pela Elaboração





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS



**ANEXO - II**

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ....., QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS – CREMAM - 02, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E A EMPRESA .....

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas - CREMAM, CNPJ 14.189.955/0001 43, situado na Avenida Senador Raimundo Parente, 06 - Praça Walter Góes – Flores – Manaus – Amazonas, neste ato representado por seu Presidente Cons. Emanuel Jorge Akel Thomaz de Lima, Brasileiro – CRM-AM 21861 – CPF.: 122.595.432-00 doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e subsidiariamente do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 1/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



**CREMAM**

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada  
CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto deste instrumento é à contratação de empresa para prestação de serviços de Plano de Assistência de Saúde por meio de operadora, seguradora ou administradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, para os funcionários do CREMAM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1 O Termo de Contrato terá vigência de 12 (doze) meses à priori, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, da Lei 8.666, de 1993, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração tenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

2.1.4. A Contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.2. A prorrogação do prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, devendo ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.2.1. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para o CREMAM, desde que a instrução processual contemple:

2.2.1.1. Estar formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.1.2. Aleatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.1.3. Justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização dos serviços;

2.2.1.4. Comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;



**CREMAM**

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada

CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

**2.2.1.5.** Manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação; e

**2.2.1.6.** Comprovação de que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

**2.3.** A empresa contratada não terá direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o Artigo 57, inciso II da Lei 8.666, de 1993;

**2.4.** Durante a vigência do Contrato, a prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor público designado para esse fim. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado serão solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

**2.5.** O preço consignado no contrato poderá ser corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da assinatura do contrato, pela variação do Índice De Variação dos Custos Médico Hospitalares ou equivalente índice adotado pela ANS.

**2.6.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

**3.1** O valor mensal da contratação é de R\$..... (.....), perfazendo o valor total anual de R\$.....(.....).

**3.2** Os valores das mensalidades serão definidos de acordo com as seguintes faixas etárias, determinadas pela Agência Nacional de Saúde – ANS:

ITEM	DESCRIÇÃO	FAIXA ETÁRIA	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Plano de Saúde Referência (art. 17 da RN ANS 465/2021)	0 a 18	X	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
		18 a 23	X	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
		24 a 28	X	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
		29 a 33	X	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
		34 a 38	X	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
		39 a 43	X	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
		44 a 48	X	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
		49 a 53	X	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
		54 a 58	X	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
		59 ou mais	X	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
VALOR MENSAL MÁXIMO (ESTIMADO)					R\$ XXXX,XX
VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO (12 MESES)					R\$ XXXXX,XX



**CREMAM**

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada  
CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS



3.3 Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas, para o exercício de 2022, da seguinte forma:

4.1.1 Projeto Orçamentário para o Exercício 2022: 03.03.03 – BENEFÍCIOS AO SERVIDOR;

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

### 5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 Cabe ao CONTRATANTE, além do previsto e exigido pela lei n.º 8.666/93 e normas regulamentares pertinentes:

5.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.1.2. Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços contratados;

5.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

5.1.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

5.1.5. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato, no Edital e seus anexos, através do setor competente e atestar a Nota Fiscal/Fatura;

5.1.6. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade da prestação dos



**CREMAM**

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada

CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

serviços recebidos;

5.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este Contrato;

5.1.8. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Contrato, no Edital e seus anexos;

5.1.9. Notificar, por escrito, a CONTRATADA, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar os serviços conforme especificações deste Contrato, sua proposta e demais condições editalícias, bem como o exigido pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 9.656/98 e legislação complementar pertinente, assim como a Lei nº 8.078/90 e normas estabelecidas pela ANS;

6.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.3. Utilizar médicos, hospitais, clínicas que estejam habilitados junto aos seus respectivos órgãos de fiscalização e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor atualizada e suas normativas posterior;

6.4. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

6.5. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços, prestando os esclarecimentos que julgar necessários;

6.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;



**CREMAM**

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada  
CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

- 6.8. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;
- 6.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) Art. 65 inciso I alínea "d" §1º da Lei n.º 8.666/93 do valor inicial do contrato;
- 6.10. Guardar sigilo sobre todas as informações, respeitando assim a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº 13.709/2018, tendo sido incluída nova redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) e suas alterações posteriores, obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, abstendo-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste C, sem prévia autorização do CONTRATANTE;
- 6.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços avançados, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- 6.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.13. Prestar os serviços, a partir da data da assinatura do contrato, aos beneficiários cadastrados pelo CONTRATANTE, e em até 72 (setenta e duas) horas após o cadastramento aos beneficiários cadastrados posteriormente.
- 6.14. Assegurar aos beneficiários do CONTRATANTE os serviços de acordo com as condições correspondentes ao plano contratado (enfermaria), conforme estabelecido no Edital e anexos.
- 6.15. Fornecer aos beneficiários do CONTRATANTE carteiras de identificação constando o nome e o plano a que pertencem, cuja apresentação, acompanhada de documento de identidade, assegurará aos beneficiários o direito à utilização dos benefícios.
- 6.16. A operadora poderá, por qualquer meio, fornecer a carteira ou o número da inscrição do beneficiário no plano, seja por meio físico ou site ou aplicativo, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, e as carteiras definitivas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após a entrega das solicitações.
- 6.17. Fornecer um guia médico impresso para cada beneficiário titular ou link no Portal da Contratada indicando local específico para buscas, constando nome, telefone e endereço dos médicos, hospitais, clínicas, casas de saúde, laboratórios, institutos e outras entidades



**CREMAM**

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada

CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

da área de saúde e serviços auxiliares credenciados conforme o domicílio do beneficiário, mantendo-o atualizado durante a vigência do contrato.

6.18. Em caso de substituição dos hospitais, médicos e serviços auxiliares por outros equivalentes, a CONTRATADA deverá comunicar o fato ao CONTRATANTE com 30 (trinta) dias de antecedência, ressalvando nesse prazo mínimo, os casos decorrentes de rescisão por fraude ou infração das normas sanitárias e fiscais em vigor.

6.19. Manter a rede de atendimento credenciada em número igual ou superior ao apresentado na proposta, e, caso haja descredenciamento de qualquer profissional, hospital, casa de saúde, clínica, laboratório ou centro radiológico, credencial outro de mesmo porte e com a mesma capacitação técnica, abrangência e número de leitos, submetendo o credenciamento a previa aprovação da CONTRATADA.

6.20. Assegurar aos beneficiários titulares que porventura se desligarem do CONTRATANTE ou se aposentarem e a seus dependentes, a manutenção da condição de beneficiário nos termos e pelo período instituído pelos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656, de 03.06.98.

6.21. Assegurar aos beneficiários do CONTRATANTE, sempre que houver indisponibilidade de leito nos hospitais ou Clínicas próprios ou credenciados da CONTRATADA, acomodação em outro estabelecimento de qualidade igual ou superior, sem ônus adicional.

6.22. 1 Providenciar a imediata correção das deficiências nos serviços contratados, apontadas pelo CONTRATANTE.

6.23. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato. Esta condição não se aplica a rede credenciada/cooperadora da Contratada. Em relação a substituição ou redimensionamento de rede será permitida, desde quando atenda a Lei 9.656/98 da ANS.

6.24. Não se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS BENEFICIÁRIOS DO PLANO DE SAÚDE

### 7.1 ESTIMATIVA DE BENEFICIÁRIOS



**CREMAM**

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada  
CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

7.1.1 A estimativa de utilização dos serviços será pelo período de 12 meses para atendimento de aproximadamente 24 (vinte e quatro) beneficiários para atendimento com abrangência municipal.

7.1.2 A distribuição dos beneficiários no plano de saúde médico em vigência atualmente, por faixa etária, é o seguinte:

Faixa Etária	Qtd. de Beneficiários
De 0 a 18 anos	0
De 19 a 23 anos	0
De 24 a 28 anos	1
De 29 a 33 anos	5
De 34 a 38 anos	8
De 39 a 43 anos	5
De 44 a 48 anos	2
De 49 a 53 anos	1
De 54 a 58 anos	1
59 anos ou mais	1
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>

7.1.3 Os números de beneficiários são meramente estimativos e têm por objetivo dimensionar o universo de beneficiários, podendo variar para mais ou para menos (adesões e exclusões) durante a prestação dos serviços, conforme alteração do quadro de empregados.

7.1.4 A adesão dos beneficiários é facultativa, não havendo nenhuma obrigatoriedade de permanência no plano, igualmente não se responsabilizando o Conselho Regional de Medicina do Estado Amazonas pelo número de beneficiários que venham a aderir ao contrato.

7.1.5 Caberá ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas a apresentação de documentos que comprovem o vínculo do empregado ativo.

## 7.2 BENEFICIÁRIOS

7.2.1 São considerados beneficiários titulares os empregados do Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas.

7.2.2 Identificação dos beneficiários:

7.2.2.1 Os beneficiários receberão gratuitamente Carteira de Identificação personalizada, a ser fornecida pela CONTRATADA, que será usada quando da utilização dos serviços cobertos pela empresa;

7.2.2.2 Em caso de extravio da Carteira de Identificação, a CONTRATADA arcará



**CREMAM**

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada

CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

com o custo da emissão de nova carteira.

7.2.2.3 O quantitativo estimado de beneficiários e suas respectivas faixas etárias constam no Item 7.1.2 deste Termo de Contrato.

### 7.2.3 Exclusão do beneficiário:

7.2.3.1 Os titulares serão excluídos do plano de saúde nos seguintes casos:

- a) Por falecimento;
- b) Por término do contrato de trabalho com o Conselho Regional dos Técnicos Industriais da Segunda Região – CRT - 02;
- c) Quando solicitado pelo titular.

7.2.3.2 As inclusões deverão ser realizadas até 30 (trinta) dias da data de início do contrato, exceto em caso de novas contratações, as quais deverão ser feitas até 30 (dias) da data do evento.

7.2.3.3 A CONTRATADA não poderá restringir o ingresso de novos usuários no plano de saúde, desde que devidamente indicados pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas e obedecidos os prazos indicados no item anterior, não cabendo quaisquer exigências e/ou restrições quanto ao número mínimo ou máximo para inclusão e/ou exclusão.

7.2.3.4 Sem prejuízo de inserção futura de novos beneficiários, as faixas etárias e quantitativos de pessoas previstas, para gozar dos benefícios do contrato, com vistas à de preço, são de 24 (vinte e quatro) vidas.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CARÊNCIAS

8.1 Não haverá qualquer tipo de carência para os beneficiários inscritos na data de assinatura do contrato decorrente da presente licitação, exceto para transplante de rins e de córnea, que será de 180 (cento e oitenta) dias;

8.2 Novos beneficiários inscritos cumprirão carência de:

8.2.1 Urgência e emergência: 24 (vinte e quatro) horas, em qualquer área médica.

8.2.2 Eventos eletivos:

- a) Consultas e exames comuns: sem carência;
- b) Atendimento Psiquiátrico: sem carência;
- c) Fisiatria e fisioterapia: sem carência;



**CREMAM**

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada  
CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

- d) Exames de alto custo e procedimentos complementares: sem carência;
- e) Internações hospitalares: sem carência;
- f) Internação Psiquiátrica (somente quarto semi-privativo): 30 (trinta) dias;
- g) Cirurgia cardíacas, vasculares e hemodinâmica: 90 (noventa) dias;
- h) Transplante de rins e córneas: 90 (cento e oitenta) dias;
- i) Hemodiálise, diálise peritoneal: 30 (noventa) dias;
- j) Radioterapia e quimioterapia: 30 (noventa) dias;
- k) Eventos obstétricos: sem carência.

### 9. CLÁUSULA NONA - DA COBERTURA ASSISTENCIAL

9.1 A cobertura assistencial para prestação de serviços de plano de saúde deverá conter no mínimo o disposto na Resolução Normativa – RN nº 428, de 7 de novembro de 2017 da ANS, e respectivas atualizações, a qual descreve o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde de cumprimento obrigatório pelas operadoras de planos de saúde.

9.4 A abrangência mínima dos serviços contratado contemplam os segmentos Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, diagnóstico e terapia, inclusive para o internado, sem limite de qualquer espécie e sem excluir doenças preexistentes ou crônicas, em situações eletivas e/ou emergenciais (no que couber), pré-anestésicas e pré - cirúrgicas, conforme previsto no inciso I, do artigo 1º da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998, das normas do Conselho de Saúde Suplementar (CONSU) e no Rol de Procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e suas atualizações, bem, como a cobertura para todas as doenças do CID-10 (Código Internacional de Doenças).

9.3 O atendimento emergencial deverá ser prestado todos os dias da semana, 24 horas/dia, incluindo a assistência de Pediatria, Clínica Médica, Ortopedia, Cirurgia Geral, Ginecologia - Obstetrícia, Cardiologia e Oftalmologia para todas as patologias agudas e/ou crônicas.

9.4 As internações eletivas e emergenciais devem estar de acordo com a Resolução Normativa – RN nº 428, de 7 de novembro de 2017 da ANS, e respectivas atualizações da ANS, a qual descreve o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde.

9.5 A CONTRATADA deverá fornecer traslado e remoção de pacientes, por via terrestre, observadas as seguintes condições:

9.7.1 Remoção do paciente internado para outro estabelecimento hospitalar, no território nacional, quando comprovadamente necessária, mediante relatório do médico assistente;

9.7.2 Nos transplantes listados na Resolução da ANS vigente, serão cobertas todas as despesas necessárias à sua realização, incluindo:



**CREMAM**

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada  
CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

- a) as despesas assistenciais com doadores vivos, as quais estão sob expensas da operadora de planos privados de assistência à saúde do beneficiário receptor;
- b) os medicamentos utilizados durante a internação;
- c) o acompanhamento clínico no pós-operatório imediato e tardio; e
- d) as despesas com captação, transporte e preservação dos órgãos na forma de ressarcimento ao SUS.

9.5 Os casos de transtornos psiquiátricos em situações de crise e de intoxicação ou abstinências provocadas por alcoolismo ou outras formas de dependência química que necessitem de hospitalização, bem como o tratamento em regime de hospital-dia deverão ser cobertos pela CONTRATADA nos termos da legislação vigente.

9.5 Nas urgências e emergências de qualquer origem, garantia de atenção e atuação no sentido da preservação da vida, órgãos e funções, 24 horas/dia, nos casos de risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para os beneficiários, incluindo os resultantes de acidente pessoais.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO REEMBOLSO

10.1 A CONTRATADA deverá oferecer, reembolso, no sistema de livre escolha, de consulta, exames, procedimentos, honorários médicos, despesas hospitalares e demais serviços previstos neste Contrato de acordo com o contido nas tabelas praticadas por ela.

10.2 Respeitadas as determinações da ANS, caberá aos beneficiários reembolso de 100% (cem por cento) das despesas efetuadas com consultas, exames, honorários médicos e serviços hospitalares, com medicamentos e materiais utilizados durante o período de internação e com as demais taxas hospitalares, nas seguintes hipóteses:

- a) despesa efetuada nas localidades em que a CONTRATADA não dispuser de rede médico-hospitalar, laboratorial e serviços complementares ao diagnóstico e terapia, credenciada, referenciada ou própria;
- b) em situações de greve, paralisações ou outras que impeçam o atendimento pela rede própria, referenciada ou credenciada da CONTRATADA;
- c) nos casos de urgência ou emergência, quando não for possível a utilização dos serviços na rede própria, credenciada ou referenciada da CONTRATADA, aqueles como tal definidos os que implicarem risco imediato de vida ou de lesão irreparáveis para o paciente, caracterizados em declaração do médico assistente;
- d) em consultas quando não houver médico da especialidade médica disponível ou quando o tempo de espera para consultas ultrapassar 30 dias.



**CREMAM**

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada  
CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado, mensalmente, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, pela CONTRATADA, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, e os seguintes procedimentos:

11.1.1. Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual ou de sua parcela, de acordo com o Cronograma aprovado, a contratada protocolizará no CREMAM, Nota Fiscal da prestação do serviço pelo valor correspondente.

11.1.2. Atestada a execução do objeto pelo gestor, o pagamento será efetuado por intermédio de ordem bancária, mediante autorização competente, no prazo de até 15(quinze) dias úteis, contando do recebimento do documento fiscal pelo CREMAM.

11.1.3. O documento fiscal deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho bem como o apresentar o mesmo número de CNPJ indicado na proposta e nos documentos de habilitação. Caberá à CONTRATADA informar, no documento fiscal ou em documento apartado, o número da conta corrente, da agência e do estabelecimento bancário no qual lhe poderá ser feito o pagamento.

11.1.4. Na hipótese de constatação de qualquer incorreção nos documentos apresentados pela CONTRATADA que desaconselhe o seu pagamento, o prazo de que trata o item 11.1.2, será contado a partir da respectiva regularização, não incluindo qualquer acréscimo no preço contratado.

11.1.5. Para todos os fins, considera-se como data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

11.1.6. A CONTRATADA fica obrigado a manter a regularidade trabalhista, nos termos da Lei nº 12.440/2011, a regularidade relativa ao FGTS e à Fazenda Nacional, independente de solicitação.

11.1.7. O pagamento ficará condicionado à disponibilidade financeira, consoante dotação financeira.

11.1.8. Os pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA estarão sujeitos, quando for o caso, à retenção dos tributos e contribuições na forma determinada em lei, ficando o licitante incumbido de fazer as comprovações necessárias na hipótese de não retenção.



**CREMAM**

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada

CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

11.1.9. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.1.10. O prestador de serviços deve observar a legislação municipal de Manaus, referente à retenção de ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, na forma da Lei Complementar nº. 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

12.1 Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.2 A CONTRATADA poderá solicitar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no instrumento contratual ou ocorrência de índice de sinistralidade superior a 70% (setenta por cento) nos últimos 12 (doze) meses.

12.3 Neste caso, incumbirá à CONTRATADA a demonstração do cálculo da sinistralidade e da memória de cálculo com os respectivos documentos comprobatórios como pré-requisito para a revisão do preço.

12.4 Serão considerados para fins de sinistralidade os custos assistenciais sobre as faturas pagas, relativas às competências do intervalo considerado 12(doze) meses, aplicadas ao índice de 70%, deduzido do fator 1(um), conforme fórmula a seguir:

$$IS = [(C/F)/70\%]-1,$$

Sendo:

IS = índice de sinistralidade;

C = custos assistenciais; e

F = fatura.

12.5 A CONTRATADA, quando for o caso, deverá formular ao CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.



CREMAM

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada  
CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

12.6 Junto com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar relatório e documentação evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

12.7 Os efeitos financeiros do reequilíbrio contratual serão devidos a contar da assinatura do termo aditivo ou do apostilamento, ou seja, após análise e aprovação dos valores pela CONTRATANTE.

12.8 Não poderá haver distinção quanto ao valor da contraprestação pecuniária entre os beneficiários que vierem a ser incluídos no contrato e os a ele já vinculados.

12.9 Não serão aceitos percentuais de reajustes diferenciados entre as faixas etárias.

12.10 Os valores das mensalidades/tabela de preços para as novas adesões serão reajustados, na mesma data e no índice de reajuste previsto neste capítulo, independente da data de inclusão.

12.11 No mês subsequente ao aniversário do beneficiário que atinja a idade limite de cada faixa, automaticamente, esse será inserido na faixa seguinte, prevalecendo, por consequência, a mensalidade da respectiva faixa etária.

12.12 A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE em até 90 (noventa) dias anteriores ao encerramento da vigência do contrato, proposta de prorrogação contratual contendo a comprovação da variação dos custos, na forma acima indicada e o percentual a ser aplicado sobre as mensalidades.

12.13 O reajuste será realizado por apostilamento.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1 Não será exigida garantia contratual.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1 Os serviços deverão ser iniciados até 10 (dez) dias após à assinatura do contrato.

14.2 O plano terá cobertura municipal e os prazos indicados a implantação integral dos serviços não poderão ultrapassar 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, incluindo todos os sistemas, credenciamento de prestadores de serviços, fornecimento de cartões e demais providências necessárias à execução do objeto.

14.3 O prazo para o cadastro dos usuários não poderá ser superior a 72 (setenta e duas) horas, contadas do envio da solicitação pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas.

14.4 O prazo para atendimento e solução de problemas e assistência técnica não poderá ser superiores aqueles estabelecidos no Art. 4º e 9º da RN nº 395/2016, contados da solicitação à Licitante Contratada.



**CREMAM**

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada

CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

14.5 O prazo para apresentação da relação das especialidades na rede credenciada não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, para as Redes Básica e Essencial, e de 60 (sessenta) dias para a Rede Complementar, todos contados do início da vigência do contrato, devendo a rede Essencial estar disponível aos beneficiários no início da vigência do contrato, independentemente de outros prazos estabelecidos.

14.6 Os Relatórios e demais comunicações resultantes da execução do objeto devem ser entregues na Sede do Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do arts. 10 e 11 do Decreto nº 9.507, de 2018.

15.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos § 1º e § 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 58 e 81 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.6. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII (Da Fiscalização Técnica e Administrativa) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de



**CREMAM**

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada  
CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Cometerá infração administrativa, nos termos da Lei n.º 10.520 e suas alterações, de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 2000, Decreto n.º 10.024 de 2019 e Lei 8.666/1993, a CONTRATADA que:

- 16.1.1. Não assinar o contrato no prazo estipulado pelo CREMAM;
- 16.1.2. Apresentar documentação falsa;
- 16.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 16.1.4. Não manter a sua proposta dentro do prazo de validade;
- 16.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;
- 16.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 16.1.7. Fizer declaração falsa;
- 16.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.
- 16.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal às sanções de ficar impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores equivalentes, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, e ainda, pelo descumprimento dos prazos estabelecidos, e/ou deixar de entregar os documentos exigidos no contrato, o CREMAM poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 16.3.1. Advertência que será aplicada por ofício, mediante contra recibo do representante legal da empresa contratada, estabelecendo o prazo de cinco dias úteis



**CREMAM**

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada

CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

para que a mesma apresente justificativas para o atraso, aceitas mediante o crivo da Administração;

16.3.2. Multa de mora no percentual correspondente a 0,1% por dia de atraso, incidente sobre o valor do contrato, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 10 dias. A multa moratória será aplicada a partir do décimo dia útil da inadimplência, contado a data definitiva para regular cumprimento da obrigação.

16.3.3. Multa de 10% sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de quinze dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao CREMAM;

16.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

16.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o CREMAM enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o CREMAM, bem como realizado o ressarcimento da contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

16.3.6. Impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da lei nº 10.520/2002 e suas alterações.

16.4. Além da multa prevista acima, pelo descumprimento obrigações contratuais a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% sobre o valor mensal do contrato
02	0,4% sobre o valor mensal do contrato
03	0,8% sobre o valor mensal do contrato
04	1,6% sobre o valor mensal do contrato
05	3,2% sobre o valor mensal do contrato
06	4,0% sobre o valor mensal do contrato

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude



**CREMAM**

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada  
CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à contratada juntamente com a de multa.

16.7. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia contratual prestada, além da perda desta, responderá a empresa adjudicatária pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrado judicialmente;

16.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, a licitante será descredenciada pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato, e das demais cominações Legais;

16.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas será realizada por meio de processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei n.º 9.784/99.

### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO CONTRATUAL

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços que vierem a se tornar necessários no decorrer do CONTRATO, até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, com base no Art. 65 inciso I alínea “d” §1º da Lei n.º 8.666/93.

### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS PENALIDADES

18.1 Será aplicada multa nas seguintes hipóteses:

DESCRIÇÃO DO MOTIVO	GRAU
Mudar a Rede Credenciada sem aviso prévio à Contratante, ou desrespeitar o prazo de antecedência previsto neste termo de referência.	04
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior, os serviços previstos neste contrato.	04
Não apresentar no ato da assinatura do contrato relação com toda sua rede credenciada.	03
Deixar de manter sua rede credenciada atualizada em número igual ou superior ao existente na assinatura do contrato, salvo motivo de força maior.	02



**CREMAM**

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada

CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

Negar procedimentos ou reembolsos, ou extrapolar os prazos previstos nas normas da ANS, sem justificativa acatável.	02
Deixar de incluir beneficiário no prazo previsto no item 6.16	03
Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	01
Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato	01

18.1 Antes da aplicação das multas serão assegurados à Contratada o direito a ampla defesa e o contraditório, sendo assegurado o devido processo legal.

### 19. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

19.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

19.2 A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da CONTRATANTE;



**CREMAM**

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada  
CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da CONTRATANTE, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

19.3 A extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

- I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da CONTRATANTE;
- II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- III - execução da garantia contratual para:
  - a) ressarcimento da CONTRATANTE Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
  - b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
  - c) pagamento das multas devidas à CONTRATANTE;
  - d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE e das multas aplicadas.

## 20. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 A empresa contratada deverá fornecer ao fiscal do contrato um número de telefone fixo, um número de telefone móvel (celular), whatsapp, e endereço de e-mail, para eventuais chamadas de Emergência, as quais deverão ser atendidas em, no máximo, duas horas.



**CREMAM**

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada  
CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

20.2 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666 de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

### 21. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

21.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, na forma da Lei nº 8.666/93.

### 22. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

22.1. Os litígios advindos do contrato serão submetidos à Seção Judiciária da Justiça Federal da 1ª. Instância do Estado do Amazonas, renunciado a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Manaus-AM, XX de xxxxx de 2022.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATADA



**CREMAM**

Av. Senador Raimundo Parente, nº 6, Alvorada  
CEP 69.048-662 – Manaus/AM

Telefones: (92) 3656-05[31/32/36] | [www.cremam.org.br](http://www.cremam.org.br)

**EM BRANCO**





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

ANEXO - III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 01/2022 – Contratação de empresa especializada para de serviços de plano de saúde, por meio de operadora, seguradora ou administradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, com abrangência nacional, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei 9.656 de 3 de junho de 1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, com abrangência municipal, compreendendo atendimento médico-hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como internações, tanto em caráter eletivo, como emergencial, em hospitais e clínicas, sem excluir doenças preexistentes estabelecidos nos incisos I, II, III e IV do artigo 12 da Lei nº. 9.656/98 e a RN Nº 428, de 7 de novembro de 2017, em total conformidade com o Termo de Referência – Anexo I.

Razão social da empresa Licitante: \_\_\_\_\_

CNPJ nº sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX

Endereço completo: \_\_\_\_\_

Telefone/Fax/E-mail: \_\_\_\_\_

ITEM	DESCRIÇÃO	FAIXA ETÁRIA	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Plano de Saúde Referência (art. 17 da RN ANS 465/2021)	0 a 18	X	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
		18 a 23	X	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
		24 a 28	X	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
		29 a 33	X	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
		34 a 38	X	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
		39 a 43	X	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
		44 a 48	X	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
		49 a 53	X	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
		54 a 58	X	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
		59 ou mais	X	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
VALOR MENSAL MÁXIMO (ESTIMADO)					R\$ XXXX,XX
VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO (12 MESES)					R\$ XXXXX,XX



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

VALIDADE DA PROPOSTA: .....(.....) dias, contados da data de abertura da Sessão Eletrônica.

Os preços contidos nesta proposta incluem todos os tributos, taxas, fretes, custos e despesas, diretas ou indiretas, e demais encargos, a qualquer título, necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2022, do Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas, e seus anexos.

Declaramos que o objeto ofertado atenderá a todas as exigências e cumprirá com todos os prazos estabelecidos no Edital, Termo de Referência e Anexos respectivos.

....., ..... de..... de 20.....

---

Representante legal  
Cargo/Função na Empresa





CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

## PORTARIA CREMAM nº 35 / 2021

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei nº 3.268 de 30 de Setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958;

**CONSIDERANDO** a necessidade da continuidade dos trabalhos de licitação e contratos administrativos do CREMAM, por meio da Comissão Permanente de Licitação do Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas – CPL/CREMAM para, entre os interessados habilitados, verificar quem oferece melhores condições de preços para realização de obras, serviços, inclusive publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações;

**CONSIDERANDO** o disposto no Artigo 8º do Capítulo I e Parágrafo 4º do Art. 22 - Capítulo IV do Regimento Interno do CREMAM, assim como, visando a garantia da observância do Princípio Constitucional da Isonomia e a seleção de proposta mais vantajosa para o CREMAM;

**CONSIDERANDO** que toda designação ou contratação para o exercício de confiança ou cargo em comissão será formalizado mediante Portaria;

**CONSIDERANDO** o decidido pelo Presidente do CREMAM;

**RESOLVE:**

1. Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Licitação deste Conselho no período de 01/11/2021 a 30/10/2022:

- Fabrício Jacauna Conceição de Oliveira	- Presidente
- Joane Naoko Hazaoka Vieira	- Membro
- Manoel Ronilson de Castro Pedroso	- Membro

2.. Dê-se ciência e cumpra-se.

Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas, em Manaus, 29 de outubro de 2021.

  
**EMANUEL JORGE AKEL THOMAZ DE LIMA**  
Presidente





## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

### PORTARIA CREMAM nº 24/2022

**O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958;

**CONSIDERANDO** a necessidade de dar continuidade aos trabalhos de licitação e contratos administrativos do CREMAM, por meio da Comissão Permanente de Licitação do Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas – CPL/CREMAM para, entre os interessados habilitados, verificar quem oferece melhores condições de preços para a realização de obras, serviços, inclusive publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações;

**CONSIDERANDO** as disposições contidas na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, com as alterações da Lei nº 8.883, de 06/06/1994 e a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, regulamentado pelo Decreto nº 3.555/2000 e Lei nº 14.133/2021 que institui a nova modalidade de licitação, denominada pregão, assim também o Decreto nº 10.024/2019 que regulamentou o Pregão Eletrônico.

**CONSIDERANDO** que toda designação será formalizada mediante Portaria;

**RESOLVE:**

1. Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como pregoeiros nos processos de Licitação deste Conselho.

- JOANE NAKO HAZAOKA VIEIRA;
- FABRÍCIO JACAÚNA C. DE OLIVEIRA;
- MANOEL RONILSON DE CASTRO PEDROSO.

2. Dê-se ciência e cumpra-se.

Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas, em Manaus, 30 de maio de 2022.

  
Emanuel Jorge Akel Thomaz de Lima  
Presidente

